

# Educação Governo não reajusta o gasto mínimo com aluno

O Governo Federal não reajustará nô ano que vem a previsão de gasto mínimo por aluno do ensino fundamental. A decisão, tomada em função do ajuste fiscal anunciado pelo governo esta semana, descumpre a lei que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) e prejudica as professoras, principalmente as do Nordeste, que dependiam do reajuste para ter aumento de salário. Pela lei, 60% dos recursos do Fundef devem ser destinados ao pagamento dos vencimentos de professores.

Em 1998, o gasto mínimo com cada aluno por ano foi de R\$ 315. Se fosse respeitada a lei que criou o Fundef, elaborada pelo próprio Governo, esse valor teria de saltar em 1999 para cerca de R\$ 430 por aluno. O MEC já anunciou que, por falta de dinheiro, o gasto ficaria entre R\$ 330 e R\$ 340. Agora, até esse reajuste foi para o lixo, e o valor permanecerá nos mesmos R\$ 315.

O gasto mínimo anual por aluno é fixado a partir da divisão da receita total do Fundef — de estados e municípios — pelo número de alunos de primeira à oitava séries nas es-

colas públicas de todo o País. O problema é que, na lei, o Governo federal se comprometeu a complementar os recursos do Fundef em todos os estados do país onde o valor por aluno não alcançar o mínimo nacional. Em 1998, a complementação foi destinada ao Maranhão, Piauí, Pará, Paraíba, Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas. Se o gasto mínimo subisse para R\$ 400 por aluno ao ano, o Governo Federal teria que gastar cerca de R\$ 2,1 bilhão e 17 estados passariam a receber a complementação.

No orçamento do MEC para 1999, tinham sido destinados para a complementação dos recursos do Fundef R\$ 434 milhões, praticamente o mesmo valor gasto em 1998 — o que já não levava em consideração o aumento do valor mínimo por aluno determinado em lei. A área econômica garantiu ao Ministério da Educação, porém, que em dezembro iria refazer as contas e autorizar uma suplementação orçamentária para que o valor mínimo pudesse ser reajustado.

Com o pacote, porém, além de eliminar de vez qualquer possibilidade de recursos extras, o MEC ainda vai ter de cortar de seu orçamento para 1999 cerca de R\$ 465 milhões — 10% da rubrica Outros Custos e Capital (OCC).

“É uma pena. Pela primeira vez na História do país, teríamos na educação investimentos progressivos de acordo com a evolução da receita. O prejuízo para a educação é indiscutível”, disse o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Ramiro Wahrhaftig.